

Constituintes ^{av. P-5} e economistas criticam pedido de reforma tributária em 88

Foto de Alberto Dutra

Uma forte crítica à proposta dos 22 Governadores do PMDB para que a reforma tributária entre em vigor já no próximo ano marcou o debate realizado ontem na Fundação Pró-Memória entre os Deputados José Serra (PMDB-SP), Francisco Dornelles (PFL-RJ) e César Maia (PDT-RJ). Os três consideraram inviável a pretensão dos Governadores, em virtude da complexidade do tema e da necessidade de uma ampla adaptação das legislações federais e estaduais, como disse o ex-Ministro Francisco Dornelles.

— A aplicação da reforma tributária como está prevista no anteprojeto da Constituinte — afirmou ele — irá demandar uma série de modificações, principalmente nas legislações estaduais, que precisarão ser analisadas pelas Assembleias Legislativas. Além disso, a Constituinte é soberana e somente ela pode definir a reforma que entrará em vigor. Não vejo nenhuma possibilidade de que essa reforma venha a vigorar antes de 1989.

Já César Maia classificou como absurda a intenção dos Governadores de mobilizarem o Congresso para discutir uma questão que está sendo analisada pela Constituinte. Considera muito difícil que os Governadores consigam mobilizar 374 parlamentares para aprovarem a sua proposta, principalmente quando eles não contam com o apoio da bancada do PFL.



No debate no Pró-Memória, José Serra fala entre César Maia e Dornelles

O Deputado José Serra interpretou de modo diferente a proposta dos Governadores. Afirmou que ela foi feita em função do temor de que a Carta não fique pronta ainda este ano. Serra, contudo, acredita que pelo menos as mudanças no Fundo de Participação dos Estados e Municípios possa entrar em vigor já no próximo ano.

No debate sobre a reforma tributária, que foi assistido por cerca de 50

pessoas, os parlamentares mostraram ter poucas divergências. As maiores críticas foram feitas por César Maia, que apesar de não considerar ideal o texto do anteprojeto, classificou-o como o possível, em função do atual momento político. Ao final, os três acabaram, até, chegando a um consenso em relação a determinadas questões, como a retirada do texto da expressão "valor real", que corresponde à correção monetária.